



Número: **0804028-27.2020.8.15.0731**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Mista de Cabedelo**

Última distribuição : **25/04/2020**

Valor da causa: **R\$ 5.000,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
LAERCIO DE ANDRADE FARIAS ALVES (AUTOR)		FLAVIANA DA SILVA CÂMARA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
30153 260	25/04/2020 20:40	Petição Inicial	Petição Inicial
30153 264	25/04/2020 20:40	BO	Documento de Comprovação
30153 263	25/04/2020 20:40	DOCS GERAIS	Documento de Comprovação
30153 262	25/04/2020 20:40	LAUDO MÉDICO	Documento de Comprovação
30153 261	25/04/2020 20:40	Seguradora Líder-DPVAT Acompanhe o Processo	Documento de Comprovação
30170 439	27/04/2020 14:45	Despacho	Despacho

EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA COMARCA DE CABEDELO/PB

LAERCIO DE ANDRADE FARIAS ALVES, menor, brasileiro, solteiro, estudante, portador do RG nº 4.233.702 SSP - PB, CPF nº 708.260.624-90, devidamente representado pela sua genitora Ana Maria Felipe de Andrade, brasileira, serviços gerais, portadora do CPF nº 092.202.307-71, ambos residente e domiciliada na Rua Projetada, s/n, no bairro do Jardim Oceania, Cidade de Cabedelo - PB, através de seus advogados que esta subscreve, vem por instrumento de procuração inclusa, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, para propor a presente: **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT** em face sob o rito processual da Lei nº. 9.099/95, em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, C.N.P.J nº 09.248.608/0001-04**, companhia de seguros participante do Consorcio de Seguradoras que operam o seguro de danos pessoais causados por veículo de via terrestre, localizada na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP:20031205, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

DA JUSTIÇA GRATUITA

Inicialmente, requer a concessão dos benefícios da justiça gratuita de acordo com a Lei 1.060/50 e suas posteriores alterações, pois A AUTORA não possui condições de arcar com as custas processuais e demais despesas inerentes ao presente processo, bem como os honorários de advogado, dentre outros, uma vez que se assim o fizesse comprometeria sua renda.

DOS FATOS

A promovente foi vítima de acidente de trânsito, sofrendo lesões de natureza



grave, vindo a cair ao solo, conforme registro do Boletim de Ocorrência da Polícia Civil, que segue em anexo;

Por ocasião do acidente, a autora sofreu várias lesões que a deixaram com **DEBILIDADE PERMANENTE – FRATURA DE ANTEBRAÇO ESQUERDO**, ocorrida no acidente, conforme consta Boletim de Ocorrência Policial, Certidão do Hospital e Laudo do IML anexo, o que a torna beneficiária do seguro denominado (DPVAT).

Nos meses subsequentes ao acidente iniciou-se o enorme sofrimento da parte autora, sempre com a esperança de recuperar-se daquela sequela, haja vista o fato de que, para uma pessoa até então saudável, ter de permanecer com restrição na mobilidade e normalidade.

Desta forma, provida da documentação necessária, vem pleitear da empresa promovida, por ser integrante do consórcio de seguradoras que operam o seguro DPVAT, o pagamento da indenização acima referida, no valor de R\$ 13.500,00(Treze mil e quinhentos reais).

II – DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA:

- Da Legitimidade Passiva -

O art. 7º, da Lei 6.194/74, determina que, em se tratando do seguro denominado **DPVAT**, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao tal consórcio será parte legítima para figurar no pólo passivo de demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do **complexo da FENASEG** se constitui em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas, a promovida. Neste tom, alinha-se adiante o seguinte julgado, *in litteris*:

“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados”. (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C.



Cív. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso).

Quanto à legitimidade passiva, nenhuma dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo da Fenaseg é parte legítima para pagamento do seguro obrigatório.

- Da Documentação Necessária para o Recebimento da Indenização -

Anota o art. 5º, da Lei nº 6.194/74, que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, senão vejamos:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”. (grifo nosso)

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

- Do Quantum Indenizatório -

Neste especial, a demanda não comporta maiores delongas. É que a matéria já se encontra pacificada nas mais diversas hostes forenses, inclusive no próprio **STJ**, como veremos adiante.

O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (**DPVAT**) é de R\$13.500,00, a teor da regra esculpida no art. 3º da Lei n. 6.194/74, *in verbis*:

“Art. 8º. Os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente;

Incontroverso, também, o valor que deverá ser pago a título de indenização é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para invalidez suportada em razão de acidente automobilístico.

- Do Interesse Processual-



O requerimento do Seguro Obrigatório DPVAT na seara administrativa não é condição obrigatória para se pleitear o aludido seguro na órbita judicial, encontrando-se a matéria expressamente prevista no texto constitucional.

O Supremo Tribunal Federal já tem entendimento pacificado quanto à desnecessidade do prévio requerimento administrativo. Entre tantos julgados neste sentido, é válido trazermos a baila o Recurso Extraordinário de número 172.084/MG, de relatoria do Ministro Marco Aurélio, que assim decidiu: ***“A garantia constitucional alusiva ao acesso ao Judiciário engloba a entrega da prestação jurisdicional de forma completa, emitindo o Estado-juiz entendimento explícito sobre as matérias de defesa veiculada pelas partes. Nisto está a essência da norma inserta no inciso XXXV do art. 5 da Carta .”***

Ora, se a Constituição Federal, corroborada com o julgado do STF, inadmitiu a necessidade de prévio ingresso administrativo para apreciação posterior pelo judiciário, também não poderá fazê-lo o *judicium causae*, sob pena de grave ferimento ao texto Magno.

Certo é que a instância administrativa não encontra guarida no nosso ordenamento jurídico para gerar coisa julgada absoluta preterindo o processo judicial na resolução de conflitos. Menos ainda quando se trata de uma instância administrativa privada, como o são os processos das seguradoras que militam no ramo do seguro obrigatório.

Ora, a instância administrativa privada, como é o caso dos autos, é tão descabida quanto perguntar ao devedor quanto ele quer pagar.

Desta feita, o condicionamento do controle judicial a prévio procedimento administrativa afigura-se absolutamente inconstitucional, conforme as linhas expressas da Carta Magna.

III- DOS REQUERIMENTOS FINAIS:

Diante do exposto, requer-se de Vossa Excelência:

- a) A CITAÇÃO** da empresa demandada, na pessoa de seu representante legal, para, querendo, contestar o feito, sob pena de revelia e confissão;
- b) Ao final, JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE** a demanda em epígrafe, condenando a seguradora promovida a pagar ao promovente o valor de R\$5.000,00(cinco mil reais), provenientes da debilidade permanente suportada em virtude do acidente automobilístico;
- c) A concessão dos benefícios da JUSTIÇA GRATUITA**, tendo em vista que o autor é pobre nos termos da Lei nº 1.060/50, não possuindo condições de arcar com as custas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família.



d) A oportunidade de provar o alegado por todos os meios em direito admitidos, principalmente a prova documental, que segue acostada;

e) A condenação do requerido no pagamento dos honorários advocatícios na base de 20% do valor da condenação, em caso de eventual recurso.

f) Que seja designado perito judicial nos termos da resolução nº 03/2013, com o intuito da realização de avaliação médica especializada, como forma de produzir as provas necessárias para a concessão do seguro obrigatório DPVAT ou, se esse não for o entendimento de Vossa Excelência, que remeta ofício ao Instituto Médico Legal da Capital para o mesmo fim.

Dá-se à causa o valor de R\$ R\$ 5.000,00(Cinco reais).

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

João Pessoa, 25 de Abril de 2020.

FLAVIANA DA SILVA CÂMARA

OAB/PB 14.540





CERTIDÃO DE REGISTRO DE Ocorrência
Nº 00599.01.2018.1.03.007

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 00599.01.2018.1.03.007, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 09:49 horas do dia 01 de março de 2018, na cidade de Cabedelo, no estado da Paraíba, e nesta 7ª Delegacia Distrital de Cabedelo, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Isaías Olegário da Silva, matrícula 611697, e lavrado por Antonio Carlos dos Santos, Agente de Investigação, matrícula 1372793, ao final assinado, compareceu **Ana Maria Felipe de Andrade**, CPF nº 092.202.307-71, nacionalidade brasileira, identidade de gênero feminino, filho(a) de Severina Maria da Conceição e Manoel Felipe de Andarde, natural de Umbuzeiro/PB, nascido(a) em 13/09/1977 (40 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Projetada, Nº S/N, bairro Jacaré, tendo como ponto de referência Oceania Vi, na cidade de Cabedelo/PB, telefone(s) para contato (83) 98614-7862.

Dados do(s) Fatos:

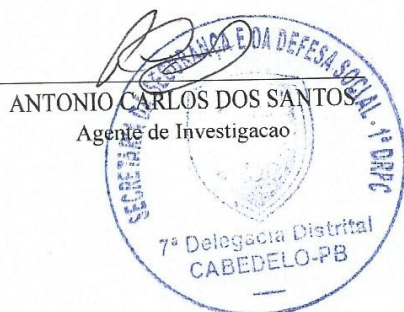
Local: Rua Jair Cunha, Rua de Terra, Próximo a Estação de Trens., Cabedelo/PB, bairro Jacaré; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 29/08/17 11:30h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LESÃO ACIDENTAL DE TRÂNSITO, PERDA OU EXTRAVIO DE DOCUMENTO E/OU OBJETO.**

E NOTIFICOU O SEGUINTE:

CONTA A DECLARANTE QUE SEU FILHO MENOR DE IDADE LAÉRCIO DE ANDRADE FARIAS ALVES, TRAFEGAVA NO BANCO DO CARONA DA MOTOCICLETA SHINERAY XY 50Q, PHOENIX, DE COR PRETA, ANO 2013/2014, DE PLACAS OEY 0511/PB, CHASSI LXYYCBL02E0517089, LICENCIADO EM NOME DE JOSE ARIMATEIA DE BRITO EVANGELISTA, CONDUZIDA PELO PRIMO GILSON RIDAN, QUE NA ALTURA DA ESTAÇÃO DO JACARÉ, OUVU A COLISÃO DE FRENTE COM OUTRA MOTOCICLETA, DEVIDO AOS BURACOS EXISTENTES NAQUELA LOCALIDADE, QUE DEVIDO O IMPACTO O MENOR SOFREU ALGUNS FERIMENTOS PELO CORPO, SENDO SOCORRIDO PELO SAMU AO COMPLEXO HOSPITALAR DE MANGABEIRA ONDE FOI ATENDIDO, COMO CONSTA EM CERTIDÃO Nº 1593/2017, APRESENTADA NESTA DELEGACIA DE POLÍCIA.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

Cabedelo/PB, 01 de março de 2018.



Ana Maria Felipe de Andrade
ANA MARIA FELIPE DE ANDRADE
Noticiante

Procedimento Policial: 00599.01.2018.1.03.007



PROCURAÇÃO PARTICULAR

(Preencher com letras de forma legível e sem rasuras)

OUTORGANTE:

Nome: Kaericio de Andrade Farias Alves, representado por Ana Maria
Nacionalidade: Felipe de Andrade, Brasileiro
Estado Civil: solteiro
Identidade: 2.320.367
CPF: 092.202.307-71
Profissão: Servicos Gerais
Endereço: Rua Profeta do, p/n, Jardim Oceania
CEP: 58310000
Telefone: ()

OUTORGADO:

Nome: Flaviana da Silva Câmara
Nacionalidade: Brasileira
Estado Civil: solteiro
Identidade: 2671190
CPF: 048.079.624-69
Profissão: advogada
Endereço: R. da Republica, nº 390, Centro
CEP: 58010-180
Telefone: (83) 98873-0310

Pelo presente instrumento particular de Procuração, nomeio e constituo meu bastante procurador o outorgado acima qualificado, a quem confio poderes especiais para representar-me perante a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT e suas respectivas consorciadas, a fim de encaminhar o pedido de indenização referente ao seguro obrigatório DPVAT, concedendo ao outorgado poderes para assinar, enviar e/ou requerer quaisquer documentos necessários junto as seguradoras consorciadas, incluindo receber informações sobre pericia médica e solicitar reagendamento, podendo substabelecer e praticar enfim, todos os atos de direito permitidos para o fiel e perfeito cumprimento deste mandato a fim de requerer a indenização do SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT para a vítima: Kaericio de Andrade Farias Alves

* f. Lenoay, 13/03/2018
Local e data

Ana Maria Felipe de Andrade
Assinatura do OUTORGANTE

(Reconhecer firma por autenticidade/verdadeiro)



Figueirêdo Dornelas Serviço Notarial e Registral
1º Ofício de Notas e Privativo de Registro Imobiliário
Rua Adolpho Figueirêdo, 32 - Centro - CEP: 58010-000 - Cabedelo - PB
Fone / Fax: (82) 3228.1142

Reconheço, como autêntica e verdadeira, a(s) firma(s) de: ANA MARIA FELIPE DE ANDRADE

Em test. da verdade. Cabedelo-PB 19/06/2018 11:19:
Robson Rogério Alexandre Martins - Preposto
[2018-006228]EMOL:R\$ 49,48 FARPEN:R\$ 0,28 FEPJ:R\$ 1,92 ISS:R\$ 0,47
SELO DIGITAL: AGZ40758-V0HN
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

06




Ana Maria Felipe de Andrade.
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL

DATA DE EXPEDIÇÃO 01/11/2007

NOME ANA MARIA FELIPE DE ANDRADE

FILIAÇÃO MANOEL FELIPE DE ANDRADE
SEVERINA MARIA DA CONCEIÇÃO

NATURALIDADE UZUBEIRO-PB

DOC ORIGEM NASC.N.6798 FLS.185 LIV.A7

CARTORIO DE AROEIRAS

CPF 092.292.307-71

DATA DE NASCIMENTO 13/09/1977

João Pessoa - PB

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 116 DE 29/08/83



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
<p>ESTADO DA PARAÍBA</p> <p>SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL</p> <p>INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA</p> <p>DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO</p> <p>P-917</p>		<p>REGISTRO GERAL</p> <p>4.233.702</p> <p>LAÉRCIO DE ANDRADE FARIAS ALVES</p>	
 		<p>DATA DE EXPEDIÇÃO</p> <p>20/03/2014</p>	
<p>ASSINATURA DO TITULAR</p> <p><i>Laércio de Andrade Farias Alves</i></p>		<p>COLOCAÇÃO</p> <p>SEVERINO DE FARIAS ALVES</p> <p>MARIA FELIPE DE ANDRADE</p>	
<p>CARTEIRA DE IDENTIDADE</p>		<p>NATURALIDADE</p> <p>JOÃO PESSOA-PB</p> <p>DATA DE NASCIMENTO</p> <p>04/04/2002</p>	
		<p>ASC.N.23.507 FLS.216 LIV.A-23</p> <p>CARTORIO AROEIRAS-PB</p> <p>08.260.624-90</p> <p>João Pessoa - PB</p>	
		<p>ASSINATURA DO DIRETOR</p> <p>LEI Nº 7.116 DE 29/08/83</p>	



ANA MARIA FELIPE DE ANDRADE
P.J. 81.072.123-01
CABELO/O/PB CEP 58310001 (AG 1)

Emissão 19/02/2018 Referência Fev/2018
Class/Subcl: RESIDENCIAL/RESIDENCIAL MONOFASICO B-230, Km 25 - Crato Residencial João Passos/PB - CEP 58071-880
Roteiro 11-12-249-6049 Nº medidor 90008814195

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ 06.006.183/0001-40 Insc. Est. 18.015.822-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 002.939.420
Cód. para Deb. Automático: 00613020706

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/CNPJ/RANI
Fev / 2018	19/02/2018	20/03/2018	9220230771 Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora): 5/1302070-6

Canal de contato

- Levou choque no chuveiro? Hora de chamar um electricista de confiança. Não arrisque a fazer sozinho. Dê um basta de segurança.
- Chame os vizinhos e amigos e entre no combate ao mosquito transmissor da dengue, Zika e Chikungunya. Ministério da Saúde. Governo Federal.

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
18/01/18	2147	19/02/18	2280		133	32

Demonstrativo							
Quantidade		Valor Base		Alug. Imóvel		Base Data	
Tabela		Tabela		Tabela		Tabela	
Tabela		Tabela		Tabela		Tabela	
001	Consumo Energia	133,000	0,741890	98,88	98,88	0,00	0,00
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS							
0001	CONTRIBUIÇÃO ILUM. PÚBLICA			0,00	0,00	0,00	0,00
0004	JUROS DEMORAÇÃO 01/2018			0,00	0,00	0,00	0,00
0005	MULTA 01/2018			0,00	0,00	0,00	0,00
0004	COMPENS. INDICADOR DIÁRIO ANUAL 12/2017			-1,51	0,00	0,00	0,00
0004	COMPENS. INDICADOR DIÁRIO ANUAL 12/2017			-0,42	0,00	0,00	0,00
0005	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 01/2018			0,14	0,00	0,00	0,00

CCl Código de Classificação do Item TOTAL 109,18 98,88 28,83 98,88 1,11 5,12

Média últimos meses (kWh)
133

VENCIMENTO
26/02/2018

TOTAL A PAGAR
R\$ 109,18

Histórico de Consumo (kWh)

146 | 140 | 155 | 129 | 142 | 110 | 127 | 124 | 120 | 130 | 118 | 132
Fev/17 | Mar/17 | Abr/17 | Mai/17 | Jun/17 | Jul/17 | Ago/17 | Set/17 | Out/17 | Nov/17 | Dez/17 | Jan/18

RESERVADO AO FISCO

80e7.9042.4366.ba16.e09a.918f.7d24.7e70.

Indicadores de Qualidade

Limites da ANEEL		Apurado	Limite de Tensão (V)
DIMENSIONAL	10,30	9,83	NOMINAL 220
DIMENSIONAL	20,77		
DIMENSIONAL	3,60	1,00	CONTRATUAL 212
DIMENSIONAL	13,20		LIMITE SUPERIOR 220
DIMENSIONAL	2,84	3,83	
DIMENSIONAL	12,22		

Composição do Consumo

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energia Pb	25,00	22,89
Compra de Energia	29,77	28,75
Serviço de Transmissão	3,80	3,47
Encargos Setoriais	8,97	8,27
Impostos Diretos e Encargos	45,91	40,79
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	111,11	100,00

Valor de EUSD (Ref. 12/2017) R\$ 23,95

ATENÇÃO

Verifique se a Rede é de fôco e a fatura é a média

Faturas em atraso



Assinado eletronicamente por: FLAVIANA DA SILVA CÂMARA - 25/04/2020 20:37:22

http://pje.tpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042520372206800000028983055

Número do documento: 20042520372206800000028983055



CERTIDÃO

Nº. 1593/2017

Atendendo solicitação de ANA MARIA FELIPE DE ANDRADE e de acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Burity, certifico a constatação de Ficha de atendimento ambulatorial Nº56845 pertencente a LAECIO DE ANDRADE FARIAS ALVES que foi atendido dia 29/08/2017 às 13H01min, vítima de colisão moto x moto, apresentando trauma em membro superior esquerdo.

Submetido à avaliação médica e exame de imagem que evidenciou fratura antebraço esquerdo. Realizado imobilização medicação e liberado.

E para constar eu Rosângela Medeiros Escorel Almeida, Médica da Vigilância à saúde, dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 20 de outubro de 2017

Rosângela M. Escorel Almeida
Médica da Vigilância à Saúde
CRM-PB 3883

Médica da Vigilância à Saúde
CRM/PB 3883



Ficha Nr: 56845 Atd: Nao Regulado
Data: 29/08/2017
Hora: 13:01:25
Recepcionista: ADRIANA DA SILVA
Clínica: ORTOPEDIA

Num. de vezes atendido: 1

Num. Prontuario: 2017.08.004425

Natural: JOAO PESSOA/PB Data Nasc.: 04/04/2002 Id: 15 ano(s)

Bairro: JACARE Cidade: CABEDELO UF :PB

Pai: SEVERINO DE FARIAS ALVES

Raca: SEM INFORMACAO Etnia: SEM INFORMACAO

Estado Civil: NAO INFORMADO

INFORMACOES DE ENTRADA

Escolaridade: NAO INFORMADO

Resp.: MAE RESPONSABLE

Tel/Doc. Responsavel: 00 / SEM DOCUMENTO: SD

Procedencia: RUA

Transporte utilizado: VEIO NO SAMU O PACIENTE

Vitima de acidente por: COLISAO MOTO X MOTO EM JACARE PROX

Vítima de violência por: A ESTACAO DE TREM HJ 11/30 CARONA
[] Caso Policial

PRE-CONSULTA

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

Tipo de Classificação de Risco:

PA: FR:

FC: TP:

Peso: Altura:

Glicemia: IMC:

Circ. Abd: 02%:

[] Aparentemente Bem [] Grave

☐ Politraumatizado ☐ Convulsao

☐ Hemorragia ☐ Dispineia

☐ Diarreia ☐ Agitado

☐ Regular ☐ Chocado

[] Vomito

Observacao

Queixa Principal

Observação

POLÍCIA moto + moto, TRAVAMA EM MSE. NEGA PANCADA NA CABEÇA E TORAX. *M. do Arquivo*

Historia - Exame Fisico - (hora do atendimento medico)

Diagnostico

| Conduta

Prescricao

Horario da medicacao

Ordeção imune e Indol. genod. Bim. 4 de 10 dias 300 clm. de

② AINES

⑦ the exterior

175

- Pamen da Virus maksimum

Carlos A. V. Galvão Filho
Buro-Maxilo-Facial
Implante Odontológico
22-2253





(1)



Buscar no site

A
COMPANHIASEGURO
DPVATPONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-
Atendimento)CENTRO DE DADOS E
ESTATÍSTICASSALA DE
IMPRESSATRABALHE
CONOSCO

CONTATO

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3180363688 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA LAERCIO DE ANDRADE FARIAS ALVES

COBERTURA Invalidez



PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO LAERCIO DE ANDRADE FARIAS ALVES

CPF/CNPJ: 70826062490

Posição em 25-04-2020 20:13:30

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi negado, conforme carta enviada para o beneficiário.

Histórico das correspondências enviadas		
Data da Carta	Referência	Ver Carta
20/08/2018	PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/mTjwuLBPGMgTj+nGA6uG3A=api_key=f2GhmXERRx23eMQ7q1E75od38Vsl+__brAUowzdJktnE=)
10/08/2018	ABERTURA DE PEDIDO DE SEGURO DPVAT	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/qZijE1Wfa3IMmsOuyBZIYA=api_key=f2GhmXERRx23eMQ7q1E75od38Vsl+__brAUowzdJktnE=)





(<https://documentospendentes.seguradoralider.com.br/>)

Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT



(<https://itunes.apple.com/us/app/seguro-dpvat/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8>)



(<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital>)

ACESSIBILIDADE



(/Pages/Acessibilidade.aspx)



(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

Documentos Despesas Médicas (/Pages/Documentacao-Despesas-Medicadas.aspx)

Documentos Invalidez Permanente (/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)

Documentos Morte (/Pages/Documentacao-Morte.aspx)

Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

PAGUE SEGURO

Como Pagar (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)

Consulta a Pagamentos Efetuados (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx)

ACOMPANHE O PROCESSO

Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização. (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)

(<https://www.seguradoralider.com.br>)

(<https://www.seguradoralider.com.br/Seguro-DPVAT-Sinistro-Oficial/>)
I%C3%ADder-
dpvat)

Serviços

› Acompanhe seu Processo (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)

www.seguradoralider.com.br/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx?cpfConsultaPedido=70826062490&sinistroConsultaPe... 2/3



- › Consulta a Pagamentos (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetuados.aspx)
- › Saiba Como Pagar (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)
- › Pontos de Atendimento (/Pontos-de-Atendimento)
- › Como Pedir Indenização (/Seguro-DPVAT/Como-Pedir-Indenizacao)

Dúvidas e Respostas

- › A Seguradora Líder-DPVAT (/Pages/Quem-Somos.aspx)
- › Sobre o Seguro DPVAT (/Pages/Sobre-o-Seguro-DPVAT.aspx)
- › Informações Gerais (/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx)
- › Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)
- › Dicionário do Seguro DPVAT (/Seguro-DPVAT/Dicionario-do-Seguro-DPVAT)
- › Perguntas Frequentes (/Seguro-DPVAT/Perguntas%20Frequentes)

Atendimento

- › Chat - Atendimento On-line (/Contato/Chat-e-Atendimento-On-Line)
- › Dúvidas, Reclamações e Sugestões (/Contato/Duvidas-Reclamacoes-e-Sugestoes)
- › Telefones de Contato (/Contato/telefonos-de-contato)
- › Ouvidoria (/Contato/Ouvidoria)
- › Canal de Denúncias (/Contato/canal-de-Denuncias)
- › Mapa do Site (/Mapa-do-Site)



(<https://www.consumidor.gov.br/pages/principal/?1556814921288>)

[Termos de uso e política de privacidade \(/Pages/Termos-de-Uso.aspx\)](#)



DESPACHO

Nº DO PROCESSO: 0804028-27.2020.8.15.0731

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [Seguro]

AUTOR: LAERCIO DE ANDRADE FARIAS ALVES

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Vistos, etc.

Defiro o pedido de gratuidade da justiça, com fundamento na alegação de insuficiência de recursos para pagar as despesas processuais/custas, constante da petição inicial, nos termos do que dispõem os arts. 98 e 99, § 3º, do CPC/2015.

Como é cediço, o art. 334 do CPC/2015 estabelece que, se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação.

Em que pese o texto legal, a designação da audiência deve ser reservada para os casos em que haja uma hipótese real de haver êxito, cabendo ao juiz ponderar estas situações e evitar a designação do ato. Com efeito, a formação de uma pauta, ainda que de audiências de conciliação, implica no destacamento de material humano para a preparação do ato e a sua própria execução, o que pode atrasar o curso do processo.

Ademais, o ofício circular nº. 003/2018, orientou para a necessidade de triagem nos feitos encaminhados para conciliação, alertando-se que as ações repetitivas, conhecidamente sem chances de conciliação, tais como: revisionais de contratos, DPVAT e nas ações em que se tem conhecimento que as empresas tradicionalmente não fazem acordo, não sejam destinados ao núcleo, devendo-se priorizar os processos em que se vislumbre verdadeiramente a possibilidade de um acordo,

No caso em tela, a realização imediata da audiência de conciliação tem grandes chances de se mostrar inócua. A experiência prática demonstra que partes como as que figuram no polo passivo da presente demanda, não realizam acordos em processos congêneres, razão pela qual deixo de designar audiência prévia de conciliação, sem prejuízo das tentativas conciliatórias que devem ser realizadas no decorrer da lide.

Assim, cite(m)-se o(a)(s) promovido(a)(s) para, querendo, apresentar(em) contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344 do CPC/2015.

Cabedelo/PB, em 27 de abril de 2020

Juiz de Direito

